



Parente: renegociação das dívidas atenuou situação financeira dos estados

REFLEXOS NO CONTINENTE

A crise por que passa o Brasil afetará as economias de toda a América Latina, sobretudo as da Argentina e Uruguai, segundo previsão feita ontem pelo secretário-executivo da Comissão Econômica para América Latina e Caribe (Cepal), José Antonio Ocampo. Ele participou da conferência de abertura do 11º Seminário Regional de Política Fiscal, na Escola Superior de Administração Fazendária. Ocampo acredita, porém, que após um período duro de adaptação, as possibilidades de expansão econômica melhoram para toda a região.

“O pior para a América Latina é um Brasil estancado”, observou. Para ele, a adoção, pelo Brasil, do regime de livre flutuação cambial abre espaço para uma queda mais significativa das taxas de juros. “O problema de um câmbio fixo é que ele sobrecarrega demasiadamente as taxas de juros”, disse. “Isso, além de gerar recessão, põe em risco os sistemas financeiros domésticos.”

O campo lembrou que, em 1997 e 1998, o Brasil procurou controlar os efeitos da crise financeira internacional elevando as taxas de juros, o que se mostrou insuficiente.

“Para a região como um todo, a decisão (de adotar o câmbio flutuante no Brasil) é positiva”, disse. A Cepal projetara uma taxa de variação do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro em 1% negativo para este ano. “Era uma estimativa otimista; agora, é mais factível”, comentou. Já para a Argentina, a projeção era de um crescimento de 1,5%. “Não vai se cumprir”, disse Ocampo.

Já a questão fiscal tomou a maior parte do discurso do secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Pedro Parente, na abertura do seminário. Segundo ele, “não existe alternativa ao programa de estabilidade fiscal e ele precisa ser aprovado e implementado, independentemente de qualquer outro aspecto macroeconômico”.

Parente comentou que, após a adoção do câmbio flutuante — on-

de o valor da moeda está sendo fixado pelas forças de mercado —, as políticas monetária e fiscal tornaram-se as principais âncoras contra a inflação.

“Não teremos condições de conviver em um ou dois anos com o atual sistema tributário”, alertou o secretário. Parente observou que o Brasil atravessa um momento de discussões acaloradas nas relações entre União, estados e municípios, mas adiantou estar otimista. Para ele, esse debate servirá para que a sociedade possa discutir com profundidade a situação e concluir quem está com a razão. “Temos absoluta convicção do trabalho realizado e que a renegociação das dívidas atenuou a situação dos estados”.

O professor Carlos Eduardo de Freitas, da Fundação Getúlio Vargas (FGV), avaliou que o país apresenta,

hoje, condições muito complicadas para efetuar o ajuste fiscal. “O governo terá de parar, só manter em atividade áreas essenciais para não agravar ainda a situação”, disse. “Se não pararmos agora com os gastos, corremos o risco de, provavel-

mente, enfrentar logo à frente um processo inflacionário tão ruim como antes da estabilização da economia com o real”, afirmou.

Freitas classificou a atitude do país, em momentos de aparente calma, como a uma mania. Segundo ele, a necessidade do ajuste fiscal foi colocada em segundo plano, em nome da euforia dos primeiros tempos do real. “É um comportamento maníaco-depressivo, semelhante ao psicótico”, comparou. Os estágios seguintes ao da mania, seriam o estresse (perda gradual de confiança nos rumos da economia), o pânico e, por, fim, a crise, onde o país se encontra hoje.

Os sinais de que a crise viria, inevitavelmente, diz o professor da FGV, já eram evidentes. “Alto endividamento dos setores público e privado, sobrevalorização cambial (no caso, do real em relação ao dólar) e déficit crescente do balanço de pagamentos mostravam isso.”

**“NÃO TEREMOS
CONDIÇÕES DE
CONVIVER EM UM OU
DOIS ANOS COM O ATUAL
SISTEMA TRIBUTÁRIO”**

Pedro Parente,
secretário-executivo do Ministério
da Fazenda